

POR UMA HISTORIOGRAFIA DO FUTURO: PORTUGAL, O QUINTO IMPÉRIO

*FOR A HISTORIOGRAPHY OF
THE FUTURE: PORTUGAL, THE
FIFTH EMPIRE*

**Thomaz Heverton dos S. Pereira
(UFBA)¹**

RESUMO: A historiografia é a escrita da história, que, por sua vez, refere-se aos acontecimentos do passado. Diante da leitura dos livros, *Esperanças de Portugal*, *A chave dos Profetas* e *História do Futuro*, Vieira estabelece possibilidades de leitura para a construção de um devir português, sugerindo, assim, neste artigo, tratar-se de uma historiografia do futuro que remodela o paradigma da História e da Literatura.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia; história; Vieira.

¹ Doutorando em Literatura e Cultura, do departamento de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), localizada em Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: professorthomaz@gmail.com

ABSTRACT: The historiography is the writing of History, which, therefore, refers to the events of the past. In the face of three books, *Esperanças de Portugal*, *A chave dos profetas* and *História do futuro*, Vieira sets up the possibilities of a reading which looks forward to the building of a future Portugal. Thereby, in this paper, it is possible to perceive the construction of a historiography of the future by Vieira, whose writing remodels the paradigms of History and Literature.

KEYWORDS: historiography; history; Vieira.

Preliminares

De acordo com Andrade (1996), no artigo *A literatura no ensino de História da Bahia: a obra de Jorge Amado*, a história no século do positivismo procurou manter certo distanciamento com outras ciências, porque se tratava de uma ciência especializada, autônoma. Mas a partir da Escola dos Annales, a nova história, como ficou conhecida, ata-se a outras ciências, em especial, às artes, relativizando-se em dialogismos. De acordo com Peter Burke (1992), em *A escrita da história*, poder-se-ia afirmar que a história mudou e que se vê o soerguimento de uma escrita da história distinta da paradigmática, em destaque: a nova história. A nova história aproxima-se do relativismo cultural que rediscute o lugar da periferia e do centro, os direitos marginalizados e difusos, imbricando-os e os pondo em contínua discussão e aprimoramento. Por conseguinte, a periferia passa a ser centro e o centro descentriza-se. Ademais, a análise das estruturas vigentes, tais como as mudanças que acontecem nas áreas sociais, econômicas, que, de certo modo, influenciam no cotidiano dos sujeitos, impulsiona a historiografia para delinear outra forma de se fazer no tempo, porque está mais próxima do dia a dia humano. Ou seja, aplica-se a história em movimento (história sendo), desconcentrando uma visão centralizadora, mas “para a história das mentalidades coletivas ou para a história dos discursos ou

‘linguagens’” (BURKE, 1992, p. 13). Essa nova roupagem da história, por sua vez, cria uma história subjetiva de modo que os indivíduos possuem participação ativa na construção dos acontecimentos, das ações, da vida em sociedade e demonstram-se tais atos, hodiernamente, através de uma literatura testemunhal.

Trocando em miúdos, a história é uma escrita da vida tal como a literatura, do cotidiano de maneira que, por sua vez, avizinha o escritor da *littera*. A literatura fundamenta-se, dentre outros fatores, pelo estilo da linguagem que apresenta no arcabouço narrativo, lírico ou dramático munido de personagens, tensões, imagens, imaginário, em suma, ficção. A literatura tem um pacto com o devir, com as reticências, de maneira que vive em encadeamentos, numa espécie de “como se”, moldando-se a cada gesto, a cada gosto, subjetividades, pois haverá muitas lacunas a serem preenchidas em um sem fim. Faustino, em *Poesia e Experiência*, expõe acerca da poesia – amplie-se: a arte – como um documento que comove, deleita e ensina, e apresenta-se psicossocialmente, de modo que os registros possuem uma infinidade de informações de determinada cultura ou sociedade, articulando-se como documentos. Reacende-se nesse discurso, então, o entrecruzar da história e da literatura, especialmente no que se refere ao testemunho literário como fonte de pesquisa e escrita da história. Por meio da literatura detém-se o cotidiano e os conflitos humanos, no intuito de expô-los para compreendê-los. A literatura, ao utilizar-se das “armas” da linguagem, ou melhor, das figuras da linguagem, tais como, metáforas, metonímias, aliteraões, enfim, proporciona variabilidade discursiva e testemunhos de uma literatura historiografada pelo cânone da história.

A tática em uso por Tucídides, *self-contained* e *self-explanatory*, descrita por Lima (2006), desencadeia um olhar aprofundado e particular de um autor, tornando-se danoso, pois engessado, entretanto, concede ao escritor a possibilidade de leituras, devido a que lhe é dado o poder de interpretar e conceder sentidos e significação aos enunciados discursivos. Vieira assimila o caráter de

autonomia textual, diante de uma pluralização do *em*, monitorando a história como narrador do futuro que se sustém numa circularidade explicativa de termos e conceitos, sintonizados no espaço do Seiscentos. A forma vieirense tende ao *speculatio*, às derivações de um argumento próprio, personalizado e de teleologia definida ao reino português.

Dado que “a história liga-se às necessidades e às situações presentes nas quais esses acontecimentos têm ressonância” (LE GOFF, 2003, p. 24), o século 17 engendrou constituições de natureza política e histórica através dos escritos de Vieira, acentuando uma perspectiva historiográfica para Portugal, que “surge como sequência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões” (LE GOFF, 2003, p. 28). Por conseguinte, desmantelam-se, ou desestabilizam-se os testemunhos históricos consolidados para dar novos direcionamentos, novas ideias, interpretações, cujo teor tende ao imaginado, à ficção, à história-desejo às avessas. Dibble (1963) *apud* Le Goff (2003) aponta espécies de inferência, as quais possibilitam partir do documento aos acontecimentos, sendo eles: a) testemunhos individuais (*testimony*); b) fontes coletivas (*social bookkeeping*); c) indicadores diretos (*direct indicators*); d) correlatos (*correlates*). A história registra-se literariamente, mediante o discurso, potencializando, com isso, uma inserção de subjetividades, de fontes, de interdiscursividades, de dados datáveis. Nesse ínterim, reflete-se como é viável uma historiografia do futuro português e em que corpus torna-se uma leitura acessível. Para tanto, reacende-se o discurso religioso de Vieira por aquilo que se firma como trilogia profética.

TESTEMUNHO LITERÁRIO: HISTORIOGRAFIA DO FUTURO

Nesse meandro entre literatura e história, Vieira (2015), em *História do futuro*, traduz nuances de um texto anterior ao seu tempo,

mas com vivacidade e tenaz abordagem que impressiona pela originalidade. Desse modo, emergem-se como teses sugeridas para discussão neste texto: a) a historiografia é uma escrita da história; b) não há uma historiografia do futuro; c) Vieira é a potência de construção historiográfica (logo, construção de uma historiografia do futuro).

As teses *a* e *b* são aparentemente oposicionistas. Sabemos que a historiografia é o estudo da escrita da história e esta, por sua vez, delinea os acontecimentos do passado e conseqüentemente da memória de um povo, uma comunidade, uma localidade. Ademais, a característica de subjetividade que a historiografia se formou, proporcionaria um plurilinguismo, cujo pensamento histórico passa a lidar com a interpretação múltipla, de maneira que o “poder do intérprete tornou-se, portanto, infinito, imensurável, não suscetível de falsificação” (LEVI, 1992, p. 142). Diante disso, questiona-se: se a história tradicional diverge da nova história, como é possível afirmar que Vieira representa a historiografia do futuro, uma vez que a fortuna crítica o tem como um autor da literatura, e, por conseguinte, da história clássica? É possível dizer que Vieira transita sob o paradigma do tradicional e da “história nova”. Assim, Vieira delimita o seu processo criativo historiográfico:

Não escrevemos, com Beroso, as antiguidades dos assírios, nem, com Xenofonte, a dos persas, nem, com Heródoto a dos Egípcios, nem, com Josefo, a dos Hebreus, nem, com Cúrcio, a dos Macedônios, nem, com Tucídides, a dos Gregos, nem, com Lívio, a dos Romanos, nem com os escritores portugueses as nossas; mas escrevemos *sem autor* o que nenhum deles escreveu nem pôde escrever. Eles escreveram histórias do passado para os futuros, nós escrevemos a do futuro para os presentes. Impossível pintura parece antes dos originais retratar as cópias; mas isto é o que fará o pincel da nossa *História* (VIEIRA, 2015, p. 64 - 65).

O que significa não escrever com os grandes historiadores senão a reescrita de uma história diferenciada e, portanto, distinta

da historiografia paradigmática? Chancela isso o escritor ao delinear uma tênue diferença entre ele e os demais historiadores, porque estes escrevem “do passado para os futuros”, pensando nas glórias das nações, dos heróis que, em efeito, influenciaram na constituição histórica do futuro; entretanto, o escritor português escreve a história “do futuro para os presentes”, causando um tom de novidade e inovação, ou melhor, de interpretação dos acontecimentos, assim como fora efetuado por personagens das sagradas letras. A partir das Escrituras Sagradas, então, Vieira as interpreta profeticamente, assegurando como dado histórico Portugal, o Quinto Império do Mundo.

A saga vieirense, que procura explicar as profecias de Gonçalo Bandarra e Daniel², passa por três importantes obras, tais como: *Esperanças de Portugal*, *A Chave dos profetas* e *História do futuro*. Tais textos dão um curso à historiografia, especificamente, a de Portugal, haja vista alavancar, prognosticamente, um reinado próspero e divinizado de tal reino, de modo que põe em curso uma nova história, e, daí, nossa afirmação de haver a possibilidade de uma historiografia do futuro, de um vir-a-ser, sob os olhares de Antonio Vieira.

Desse modo, segue um construto a respeito do desenrolar historiográfico, narrado por Vieira nos escritos denominados proféticos. D. João IV já havia falecido e as frustrações do padre lusitano eram grandes a ponto de ele buscar explicações no sonho profético em relação ao comando do Quinto Império. Em *Esperanças de Portugal*³, por exemplo, as leituras do lusitano, frente às Trovas de Gonçalo Annes Bandarra,⁴ impulsionaram-no para consolar o coração da rainha em virtude da morte do rei em questão, destinando tal livro para o bispo D. André Fernandes, no Japão. Sobre o sapateiro, Vieira manifesta um agrado, defendendo-o com um silogismo de modo veemente, com a seguinte assertiva: “verdadeiro profeta; o Bandarra profetizou que El-Rei D. João o quarto há-de obrar muitas cousas que ainda não obrou, nem pode obrar senão ressuscitando; logo, El-Rei D. João há-de ressuscitar” (VIEIRA, [1659], 2007, p. 8).

O discurso que atribui Bandarra a condição de verdadeiro profeta é condicionado à *Torab*⁵, cujos escritos informam a credibilidade daqueles que ouvem a voz de Deus e se suas profecias se concretizarem são estes homens considerados verdadeiros profetas, e, por isso “quando o profeta falar em nome do SENHOR, e essa palavra não se cumprir, nem suceder assim; esta é palavra que o SENHOR não falou; [...]” (Deuteronômio 18:19). Reforça a tese vieirense Nicolau Bourey⁶, no texto “Para os incrédulos da ressurreição del-rei D. João o Quarto”⁷ o fato de D. João, o Quarto, ressuscitar dentre os mortos, “não só para reinar, mas também para imperar – explicação para mim de tanto gosto, consolação e prazer, que a minha língua e pena, por mais que digam e se esmerem, nunca o poderão bastantemente encarecer” (BOUREY, 1660 *apud* BESSELAAR, 2002, p. 120), ratificando assim a proposta do padre em afirmar que o rei morto, ou o Encoberto, além de ser D. João, e não D. Sebastião, haveria de ressuscitar milagrosamente. Continua Bourey (1660)

Ânimo, senhores Portugueses! Que nos vossos ombros corrobora e está determinado e decretado o Quinto Império do Mundo, profetizado pelo celebrado Gonçalo Annes Bandarra, nas suas toscas, mas muito prodigiosas e obscuras trovas, explicadas e declaradas pelo Padre Antonio Vieira, as quais encaminham e diferem a este Quinto Império, e todas elas, a meu parecer e fraco entender, combinam e concordam misteriosamente com a promessa e juramento do nosso primeiro e santo Rei, D. Afonso Henrique, jurado nas Cortes de Coimbra, afirmando e jurando nelas o santo Rei que Cristo, nosso Bem, lhe dissera, **na Cruz pregado, estas palavras:** *volo enim in te et in semine tuo Imperium mihi stabelire*, etc.: ‘Quero em vós e em vossos descendentes fundar e estabelecer um Império’ (BOUREY, 1660 *apud* BESSELAAR, 2002, p. 132 - 133).

Notamos que Vieira não se encontraria isolado em seus pensamentos diante do anúncio feito por Bandarra nas Trovas, mas junto aos pares, comungava de um pensamento otimista para

Portugal, e, portanto, os discursos se entrelaçariam. Entretanto, é interessante registrar que, para dois escritores anônimos⁸, o padre cometeu equívocos hermenêuticos. Não se pretende desenvolver longas discussões, mas destacam-se os textos “Ante-Vieira”⁹ (1661) e “Opinião contrária à da ressurreição del-rei D. João IV”¹⁰ (1661). “Ante-Vieira”, primeiro papel, foi escrito por um sebastianista, mas que revelava um descrédito aos anúncios do sapateiro de Trancoso, diante da interpretação fantasiosa de Vieira para concretizar os intentos de predição que fizera acerca do reino português. O escrito divide-se em dois momentos, sendo um referente à crítica direta à Vieira e o outro à exposição dos argumentos. O “Anônimo Curioso”, como se autodenomina, referenda com audácia sua réplica às acomodações de Padre Antonio Vieira às trovas bandarristas, afirmando que:

Do grande e perspicaz entendimento, do subtil e elevado engenho do Padre António Vieira, da Companhia de Jesus, residente agora e novo Apóstolo do Maranhão, não se podia esperar menos delicadeza na aplicação que faz das profecias de Bandarra a el-Rei Dom João o Quarto, nem menos gratidão aos benefícios que o dito rei lhe fez, que com o querer ressuscitar depois de tantos anos de morto. Mas se ele está no Céu, como piamente cremos, pouco é o favor que lhe faz em o querer trazer de lá, ainda que seja para obrar com sua ressurreição as maravilhas, que este Reverendo Padre diz que há-de obrar, o que tudo, em comparação da posse gloriosa, vem a ser fumo, névoa e um pouco de pó e terra. E por parecer este modo de redenção, assim pelo apontado como pelo mais que se apontará, mui extraordinário, entenderam alguns menos subteis no ajuizar que não quadra ao rei morto, senão ao Encuberto, que comumente se julga ser o Senhor Rei D. Sebastião de saudosa memória (ANÔNIMO CURIOSO, 1661 *apud* BESSELAAR, 2002, p. 147).

Segundo “Anônimo”, Vieira desfaz o foco discursivo de Bandarra, atribuindo a D. João IV a condição de Encoberto, insígnia destinada a D. Sebastião pura e simplesmente. Ademais, na primeira assertiva no livro *Esperanças de Portugal, o Quinto Império do Mundo*,

corroborando que Bandarra é verdadeiro profeta, o “Anônimo Curioso” traça um perfil dos profetas que já existiram e faz duas considerações: a primeira sobre o que as Escrituras relatam como deva ser um profeta e a segunda, também explícita no Livro Sagrado, o fato de Deus comunicar-se com o homem através do visionário. No entanto, para este expositor, existiram muitos videntes, e Bandarra não faz parte deste círculo, de modo que se fizera “necessário saber-se que Deus lho comunicou, ou ser sua vida tão aprovada, que a Igreja o canonizasse e tivesse por este, o que mostrámos (*sic*) não proceder no Bandarra” (ANÔNIMO CURIOSO, 1661 *apud* BESSELAAR, 2002, p. 151). Assim, segue minando o pensamento vieirense e demonstra que o padre lusitano imaginou situações para usufruto próprio e de confirmação das próprias ideias frente ao plano de ver construído e estabelecido o sonho de Portugal como Império, beneficiando-se de trechos da Trova em que declara a extinção da escória, a paz em todo o mundo, cuja administração será do “guardador da Lei e pelas armas deste Rei”. Consequentemente, Vieira ([1659], 2007) infere algumas ações, a saber: a saída do reino com todo poder, navegando até Jerusalém; derrota do Turco; será o comandante da cidade de Constantinopla; há de ser ovacionado pelo Pontífice e as dez tribos de Israel; e é o instrumento de conversão e paz universal do Mundo.

E sobre tais pareceres o “Anônimo Curioso” concorda que realmente há de ocorrer o que o padre prega, entretanto, o contesta porque não pensa ser o rei-defunto, D. João IV, quem irá reinar, mas o Encoberto, que, para o contrapositor está vivo, visto que

remediar o mundo e ser Portugal o Quinto Império por meio da ressurreição, parece que mais convinha ser ressuscitado el-Rei D. Sebastião, quando seja morto, do que el-Rei D. João, porque, como aqueloutro foi a causa da perdição de Portugal, havendo de haver ressurreição, convinha mais ser ele o ressuscitado e escolhido para isto por Deus, conforme nos diz a Igreja Católica: *ut um de mors oriebatur, inde vita resurget*¹, e não o rei novamente morto, pois não foi causada de perdição alguã

(*sic*), antes restaurou o que pôde; e pois nele concorre maior razão que no outro, aquele parece que deve ressuscitar, e não este (ANÔNIMO CURIOSO, 1661 *apud* BESSELAAR, 2002, p. 179 - 180).

O outro papel, “Opinião contrária à da ressurreição del-rei D. João IV”, também escrito no mesmo período do anterior, faz menção às alusões vieirenses diante da profecia do Bandarra, firmando duas proposições: ou as profecias e os proferidores são falsos; ou não houve um entendimento por parte do intérprete. Segundo este outro autor que não se identifica também, cujos escritos são provenientes do Recôncavo Baiano (possivelmente um espaço fictício), uma maneira até de igualar aos escritos de Vieira, efetuados no Maranhão e no rio Amazonas, a primeira sentença está dispensada de comentários, pelo fato de ele acreditar ser também Bandarra um verdadeiro profeta. Entretanto, ao competir com “a voz do Cisne”, o opositor apresenta as supostas análises equivocadas do padre a partir da metáfora do vocábulo “Leão”¹¹, o qual, conforme explica Besselaar (2002) não havia necessidade de indeterminar o termo com uso do determinante “um” se era a D. João a quem se referia Bandarra.

E para o “Anônimo”, o termo *leão* não é endereçado por Bandarra a D. João, pois o chama de Infante noutra trecho, mas é sabido que se tem oferecido tal símbolo ao Encoberto pelos profetas considerados por ele, a saber: Monge Aragonês, Sibila Eritreia e mais, D. João não pode ser, segundo ainda o escritor oculto, do tronco de D. Fernando, demonstrando em genealogia deste rei que aquele não pertence à décima sexta geração como atesta o padre muito menos faz parte da árvore, o que compete a el-rei D. Sebastião, incorrendo em divergência entre os promotores hermeneutas. De um lado, admite o papel do anônimo que o Rei D. João IV não pode descender de D. Fernando, pelo simples fato de que o antecessor seria D. Duarte, filho do rei D. Manuel, cabendo tão somente ao rei D. Sebastião esta condição. Inobstante, Vieira julga que

Bandarra diz que este Rei descende dos reis de levante até Poente: e el-Rei D. João descende dos reis de Portugal, Castela e Aragão, que são reis do Poente, e dos reis de Nápoles e Sicília, que são reis do Levante. Bandarra diz que este rei tem um irmão bom capitão e que não se sabe a irmandade: e el-Rei Dom João é irmão do infante D. Duarte, tão bom capitão como sabemos, posto que ainda não sabemos quão seu irmão é el-Rei em ser bom capitão (VIEIRA, [1659], 2007, p. 71).

Engenho, malícia, seja o que for, Vieira cadencia todo o discurso para formalizar o seu anseio de ver concretamente Portugal, a nação amada, sendo o Quinto Império do Mundo, e isso é posto em um século no qual a religiosidade estaria vivaz e contundente, até porque muitos eram os intérpretes visionários na época, bem como muitos foram os próprios visionários. “Os Anônimos” tentariam, sobretudo, contestar a viabilidade de estabelecimento do reino por D. João IV e descaracterizar a função profética do padre, coincidentemente no período em que o escritor lusitano haveria de ser convocado pelo Santo Ofício para dar explicações de seus papéis. Nesse debate discursivo, a emergência hermenêutica é basilar para a composição de um devir histórico, fundando-se numa leitura simbólica de futuro.

Além das trovas de Bandarra, outro livro merece destaque, *A chave dos profetas*. Em meio a algumas controvérsias temporais, é possível dizer, conforme Mendes (1997) que Vieira deu continuidade aos escritos, possivelmente, estando em Roma durante os períodos de 1669 e 1675, e é considerado no campo das edições como sendo uma obra apreciada e editada primeiramente pelo padre Casnedi. De acordo com este padre, havia trinta e oito cadernos, sendo onze no primeiro Livro, sete no segundo e o restante como tratados soltos: *De santitate, De pace, De tempo e De universal predicatione*. Descreve-se o Livro I, “Do Reino de Cristo na Terra”, o livro II, tratando da “Consumação do reino espiritual”, e o Livro III, *De Regno* ou *Clavis*, divisões apresentadas por Vieira, de acordo com a obra *princeps* denominada *Prólogo, Compêndio, Sentença, Resumo, Crisis, Censura*.

No último tomo, haveria o desejo visionário do escritor Vieira em ver o Reino de Deus estabelecido na terra, tanto é que lhe chama “De Regno Christi in terris consummato”. A isso, entretanto, cumpre a pregação do Evangelho em todo o mundo, *euntes in mundum universum praedicate Evangelium omni creaturas*, o que de fato não acontecera em muitas partes, tais como, regiões do Oriente e da África, causando-lhe descontentamento, pelo fruto do “pecado filosófico”, e pela primeira vez, Vieira aponta que a salvação das almas está com barreiras taciturnamente intransponíveis, graças às dificuldades geradas pela ignorância dos desígnios de Deus e da insensatez existente nos bárbaros.

Para ensejar as nuances de um bom prognóstico, o escritor faz uso do sentido anagógico¹², cujos argumentos de anseio, desejo e imaginação profética para Portugal, não tão bem-aventurada, porém escolhida por Deus – excluindo os oráculos das sibilinas – ficam evidenciados pela utilização de proposições dispostos nas Escrituras, predicadas pelos Santos padres e teólogos da Igreja, cujo estado é de mudança, por conseguinte, um lugar onde todas as nações haverão de acreditar em Jesus Cristo e aceitar a Santa fé Católica. Em verdade, a partir da imagem e figuras dos profetas Daniel, Zacarias e Isaías, Vieira desenha caminhos de uma escatologia, uma historiografia portuguesa, agora, paradoxal, porque necessita e propõe argumentativamente em prol da atuação do sagrado no mundo, mas impotente pelos meios humanos, no caso, da ação dos jesuítas, devido ao pequeno raio de atuação *nesse mundo, vasto mundo*.

Além das divergências entre os missionários da companhia e os teólogos romanos, Vieira destaca a disparidade entre os jesuítas e os apóstolos de Cristo: os primeiros fixados no tempo e espaço diminutos, sem a força das línguas, enquanto que estes, após o Pentecostes, divulgaram e espalharam a mensagem do Evangelho, com poder e feitos miraculosos por toda a Judeia, Samaria e Galileia, bem como partes da Europa, sob jugo romano, como faria o Apóstolo dos Gentios, Paulo de Tarso, cuja pregação alcançaria a casa de César, na Espanha. Mas é por meio da obra de Vieira que se

há de ter uma divulgação e divagação de seus conceitos que permeiam a história do povo português; talvez uma nova odisséia, logicamente, diferente da grega, porque se espelha no futuro e se delinea como história gloriosa e eterna.

Por falar nesta gloriosa história, realça-se em *História do futuro*, em mais um prenúncio, ratificando ainda mais Portugal como *Quinto Império*. O profetismo engendra uma construção discursiva, cuja escrita acontece pelo uso bíblico, o qual ratifica e racionaliza Portugal historicamente como uma nação forte e poderosa. Por vias desse intuito de tornar o discurso mais firme e convincente diante daquele que o lê, oferece o escritor fontes de cunho histórico grego, judeu, romano, patrístico, sibilina, babilônico e bíblico a fim de fornecer autoridade em sua enunciação.

Articula, então, um conceito mítico-religioso em *História do futuro*, sedimentando à ciência dos futuros, que não é distribuída gratuitamente, mas aos escolhidos de Deus, como se nota na narrativa religiosa do Antigo Testamento. Para Vieira, no entanto, é-lhe ofertado na condição de *historiador do futuro*, como assevera:

Hão-de se ler nesta *História* [grifo do autor], para exaltação da Fé, para triunfo da Igreja, para glória de Cristo, para felicidade e paz universal do Mundo, altos conselhos, animosas resoluções, religiosas empresas, heróicas façanhas, maravilhosas vitórias, portentosas conquistas, estranhas e espantosas mudanças de estados, de tempos, de gentes, de costumes, de governos, de leis; mas leis novas, governos novos, costumes novos, gentes novas, tempos novos, estados novos, conselhos e resoluções novas, empresas e façanhas novas, conquistas, vitórias, paz, triunfos e felicidades novas; e não só novas, porque são futuras, mas porque não terão semelhança com elas nenhuma das passadas.[...] Escreveu Moisés¹³ a história do princípio e criação do Mundo, ignorada até aquele tempo de quase todos os homens. E com que espírito a escreveu? Respondem todos os Padres e Doutores que com espírito de profecia. Se já no Mundo houve um profeta do passado, por que não haverá um historiador do futuro? (VIEIRA, 2015, p. 65 - 66).

Pensar na narrativa do lusitano em *História do futuro* é, quiçá, uma rediscussão do sentido historiográfico do Ocidente e da Literatura. Primeiro porque se comporta como um *historiador do futuro*¹⁴; segundo porque sua escrita historiográfica ultrapassa as linhas da teoria da historiografia, enquanto modelos de uma nova história em relação à história dita tradicional. Ou seja, supondo que Vieira enumera os grandes feitos dos gregos, dos romanos, dos hebreus, assim como Portugal para que este se sensibilize e assuma como parâmetro aqueles reinos e se torne de fato e, conforme prediz o padre, o lugar de destaque e honra que lhe é dado por Deus, tal proposição engendra um historiador tradicional enquanto aborda os feitos honrosos do passado de outros reinos, mas, sobretudo, o revela como um intérprete do cotidiano português, tendo em consideração a vitória e independência da nação portuguesa do domínio espanhol, pelas mãos de D. João IV, pré-anunciado por Bandarra, e lido por Vieira como aquele que haveria de ressuscitar e retomar novamente o poder para, enfim, edificar a profecia.

Dado que Vieira é nominado por si mesmo historiador do futuro, e que isso foge a qualquer parâmetro historiográfico, asseguramos que há de haver problemas, outrora enumerados por Burke (1992), a saber: da definição, das fontes, da explicação e de síntese. As definições, em Vieira, pautam-se nos meandros da cultura lusitana e na cultura hebraica, em que há sentidos diversificados, tais como, de história, de profetas, do futuro, do presente e do passado. Sobre as fontes e a explicação, pode-se afirmar que Vieira ora remodela arquétipo dos documentos dos antigos reinos, para reforçar a ideia de que está construindo um novo modelo de história, ora lista-os para fortalecer o próprio discurso de vitória que acontecerá em Portugal. De fato, os enunciados vieirenses constituem-se como hábito de um linguajar de um intérprete dos acontecimentos da atual conjuntura portuguesa, que viveu sob o domínio da Espanha, mas romperia com tal poder e instituir-se-ia com autonomia.

História do futuro tem-se revelado analogamente ao Apocalipse bíblico, e manifestado, não muito diferente dos outros sermões vieirenses, uma multivocidade. Vale tecer, nesse momento, o

pensamento de escatologia presente nos seus escritos, de modo que a profecia é *sine qua non* aos traços de desenvolvimento de uma história anunciada. Verifica-se um discurso plural nos escritos do lusitano, numa espécie de metáfora coletiva para, quiçá, esconder-se ou não ser explicitamente o autor da obra que provocaria reviravoltas no meio eclesiástico e sacerdotal a fim de levar o Santo Ofício à compreensão e cassação de suas ideias e obra. A construção dos relatos proféticos, no livro em questão, reforça a ideia de

que o Padre Vieira resume, na *História do Futuro*, um trecho da História Real Sagrada, de D. João de Palafox e Mendoza, em que este escritor castelhano, falando da escolha de David para rei de Israel, salientava os meticolosos, morosíssimos cuidados havidos, os sinais de aprovação do Céu que foram exigidos para não fazer tão grande mudança como foi a de iniciar a dinastia dos Reis, depois do governo dos Juízes, e isto no intuito de por de manifesto a rebeldia portuguesa em interromper a dinastia filipina, que tão apressadamente escolheu para príncipe um homem que, como David, ayer era súbdito y labrador. De maneira que Vieira não fez mais do que continuar a progressão do maravilhoso, juntar à cadeia dos prodígios o elo, que dela não dissentia notavelmente, da prodigiosa ressurreição de um rei. O que, portanto, o prejudicou foi, em primeiro lugar, a inclinação para a gente hebréia, que os Inquisidores sentiam manifestada até na atribuição a D. João IV da futura incorporação no Reino de Cristo, das Dez Tribos perdidas de Israel; em segundo lugar, as divergências doutrinárias entre as ordens inaciana e dominicana (CIDADE, 1985, p. 75 - 76).

Vieira carimba ideias jesuíticas de sua formação e, sobretudo, idealiza a construção do reino restaurado, onde o centro é Portugal. Mais uma vez, com a veemente força das Escrituras que proclamam, mediante profecias, a segunda vinda do Messias e seu reino, Vieira revela uma História do e para o Futuro, essencialmente portuguesa, sua terra amada. Este empenho, ele encontra nas leituras das profecias também do sapateiro Bandarra, em cujos escritos, D. João, o IV, é o responsável pela restauração do reino referido.

Em relação à narrativa proposta, Cidade (1985) considera-a predictiva, porque esta se manifesta como profética, apocalíptica, oracular, entre outras formas, além de ser notório o uso da retórica e da argumentação para convencer e persuadir o auditório, no caso, leitor-ouvinte. Semelhantemente, Agostinho pressuporia um devir histórico cristão, no qual dois reinos se estabelecem até a chegada do fim: o celestial e o terreno. O reino divino é nos céus. O devir histórico de Agostinho, portanto, também se assemelha à escatologia bíblica. Trata-se de pensar a história como progresso, acíclico, teleológico, ou melhor, soteriológico, e cuja eternidade ressurreta do corpo seja o objetivo alcançado mediante o amor *a e de* Deus. A descrença acarretada pelo pecado precisa ser afastada dos corações dos homens para que eles possam usufruir da “Cidade de Deus”. A graça de Deus para esse fim estabeleceu-se ao oferecer seu filho como sacrifício em prol de toda a humanidade para *remissão dos pecados*, e torná-la herdeira, copartícipe das promessas feitas no passado que culminam no futuro próximo, porque *o reino de Deus está próximo*, assim assegurou Cristo. Segundo S. Paulo, graça (*charis*) é “a essência do ato salvífico de Deus mediante Jesus Cristo, que ocorreu na morte sacrificial deste, como também de todas as suas consequências no presente e no futuro”¹⁵ (BROWN E COENEN, 2000, p. 911).

Dado que a graça divina reitera o amor de Deus pela criatura, perfazendo um novo caminho para a humanidade, de regeneração e reiteração da vida eterna, mesmo sabendo que ao homem historicamente falando, o pecado o fadou à morte, ao jugo ou às vicissitudes em vida, esse homem tem, oriundo de Adão, em contrapartida a outro Adão, Cristo, para este mediar a salvação daquele, elevando-o à condição de corpo incorruptível, cujo elo é o amor a Deus, destituindo-se, assim, dos prazeres carnis e, portanto, assumindo à direita do Senhor um lugar na Cidade Santa. Ela foi revelada pelas Escrituras Sagradas e, *pari passu*, fez o filósofo uma construção da noção meta-histórica, ou melhor, de *devir* histórico; porque progressivamente Agostinho demonstra a existência de duas cidades, uma terrena, para os homens amantes de si mesmos, os

ímpios; e outra espiritual, celestial, cujos habitantes, peregrinos, que praticam a ordem divina e mantêm-se perseverantes, os justos, regenerados, amam a Deus voluntariamente. Diante disso, Agostinho tem, sobretudo, ratificado que há uma continuidade *per secula seculorum* da história dos que são justos e, também, dos que são injustos, o que, portanto, revela, descortina a história de Deus e dos seres, por epifania, em *continuum* temporal, consoante as Sagradas Letras. Apesar de Vieira partilhar do pensamento agostiniano, uma das diferenças entre eles, no entanto, se relaciona no fato de que este não julga que o reino de Deus há de permanecer neste mundo e que aqueles que pecam não participam dele; já Vieira, imputa a Portugal a força, o cetro do poder para administrar o quinto império.

Além de tudo isso, de acordo com Palacin (1986), conceituar-se-ia Vieira como “um hiato lógico”, tendo em conta que deveria contrariar o sistema colonial imposto pela nação lusitana, bem como à escravidão e outras atitudes consideradas antiéticas e negativas diante do saber das escrituras, e seu posicionamento enquanto religioso da Companhia, porém, homologaria, com fervor e paixão, as práticas de Portugal, validando, sobretudo, o domínio deste sobre todo o mundo e a necessidade de manutenção de princípios estamentais na sociedade, em forma de império, para onde convergirão todos os povos. Isto é, imperialismo absoluto nas mãos de um rei, D. João IV.

Marcado pelo jogo conceptista da linguagem barroca, Vieira afirma, desafia e reafirma um discurso histórico-profético. Essa circularidade é uma marca vieirense e “prende o ouvinte até o final de cada peça oratória e a verdade do discurso só ao final fica relativamente aparente ou, antes, sugerida” (ARAÚJO, 1999, p. 80). Em meio ao apetrecho das alegorias, através do uso constante das imagens bíblicas, Vieira fundamenta a argumentação e erige no vaivém dos conceitos um discurso religioso convincente, primado do Barroco pelas oposições e antíteses que nele existem. Daí, o artifício dual e lúdico ao simular artificialidade entre as palavras que são apresentadas no livro como “encobrir e descobrir”, munindo-

se de intensas circularidades, rearticula-se a posição da história em ciclo, porém com um fim, a vitória dos portugueses e o domínio destes sobre o mundo. Desse modo, Vieira nesse projeto futurístico solidifica a condição dos antepassados lusitanistas e alimenta, mormente, a esperança escatológica de se fazer Portugal o dominador, governando-o com justiça e paz, milenarmente, mediante apoio da madre Católica.

O teórico Palacin (1986) ainda aponta dois modos de apresentação na visão do Barroco presentes no escritor português: assistemática e abundância de antíteses. Esse recurso da linguagem na construção dos textos indiscutivelmente é um reforço na teoria barroca, nos poemas, na forma cultista, e na prosa, no conceptismo, “o pregar há de ser como quem semeia e não como quem ladrilha ou azuleja (VIEIRA, 1655 *apud* PÉCORA, 2000, p. 40)” e em Vieira encontra-se de uma maneira lógica para um modo alógico, um fio sinuoso, através do emprego racional diante das criações relacionadas ao mistério, ao transcendental, ao enigmático. A escrita vieirense, meticulosa, e com manejo no linguajar, é fragmentária, lacunar, (dis)simulada, com muita ênfase e repetição, demonstrando, sem dúvida, uma verdadeira artimanha retórica e pedagógica.

Vide, portanto, que o Barroco, desse modo, mescla, une, junta, imbrica pensamentos do mundo secular ao cristão. E o duelo é constante, especialmente, porque a religião católica tradicional ganhou espaço novamente no mundo considerado moderno, ou desenvolvido cientificamente. Deve-se, dessa maneira, autenticar o aspecto paradoxal, antitético, anticiceroniano, que envolve o Barroquismo e põe lado a lado legitimidade histórica e legitimação estética. O barroco é uma soma de contrastes e de ornatos, repletos de um formalismo intenso (hipérboles e exacerbações), fomentando uma tensão psicológica.

Vieira consegue, mediante as obras proféticas, ser inserido como escritor do seu tempo, assim como foram outros portugueses,

Gil Vicente, Camões, Pessoa, Saramago, mas, sobretudo, pictorizar de forma contundente as ideias e linhas tortuosas do Barroco, grafadas, quiçá, na própria existência, ou própria pele, além de criar performance historiográfica, capaz de empreender, sobretudo, na inauguração de conceitos e abordagens. Nesses jogos da linguagem, o escritor luso entra em meandros da história e da literatura, e nos faz pensar em como ele (sub)utiliza os princípios da história para registrar literariamente seus conceitos e raciocínios, ou como ele, através, das figuras, desencadeia as aporias sociais, políticas e religiosas do futuro reino português.

É possível perceber, portanto, que a historiografia proposta em Vieira imiscui com a escatologia bíblica, a presumir por outorgar aos escritos uma novidade; novidade esta porque não é nova para a história em si, “senão novas por antiquíssimas” (VIEIRA, 2015, p. 164), mas “novidades de cousas não novas, e tais serão as desta nossa *História*” (VIEIRA, 2015, p. 165, *grifo do autor*); resulta disso, então, uma historiografia vieirense em que o leitor diante do novo proposto, supunha a verdade que vai se descortinando pelos feitos honrosos do povo português, as conquistas, as escrituras interpretadas pelo padre, conselheiro do rei e, sobretudo, por declinar a história que se fundamenta em feitos heroicos do passado, que influenciam no futuro e não atos do futuro que, como diz Vieira, influenciarão no presente dos que creem nas Escrituras Sagradas e, perfeitamente, no discurso do *historiador do futuro*.

A providência divina para o reino de Portugal é uma consideração enraizada e destinada para o escolhido, conforme as profecias de Daniel, o qual vislumbrara o quinto império, e Vieira, sabidamente, interpreta como sendo ao do nascimento do reinado de Portugal. Sem dúvida, a historiografia, para Vieira, passa a ser uma sugestão à hermenêutica lusa, cujo intento é o de designar a grande missão de Portugal na terra: consumir-se enquanto o Quinto Império, como relataria o profeta Vieira, embora não tenha assumido tal alcunha. A projeção para uma história à frente do

seu tempo proporciona, desse modo, acreditarmos em uma história que não se sedimenta nas ações do que passou, mas nos feitos que se cumprirão, por intermédio do povo lusófono à medida que as vitórias se confirmam ao longo do tempo vindouro. Vieira, então, não só desconstrói a imagem historiográfica tradicional e dos povos passados, sobrepujando-os tão somente, mas também, nesse discurso religioso, propõe, mediante os escritos proféticos, uma linha historiográfica que pôs em curso a história portuguesa para um futuro, futuro este que jamais concretizaria, como se sabe, mas fora sempre alimentado pela esperança de Portugal como Quinto Império do Mundo, um ideal, quiçá, antropocêntrico, revelando-nos a *História do futuro* como o “escudo da presciência”. Assim, Vieira discursa

boa parte da nossa *História* (como veremos em seu lugar) são as do mesmo Apocalipse. [...] Lerão os Portugueses, e todos os que lhes quiserem ser companheiros, este prodigioso livro do futuro, e com ele embaraçado em uma mão e a espada na outra, posta toda a confiança em Deus e em sua palavra (VIEIRA, 2015, p. 100 - 101).

Referências

AGOSTINHO. **Cidade de Deus**. Tradução de Oscar Paes Leme. 9 ed. São Paulo: Universitária São Francisco, 2003, vol. 1 e 2.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. “A literatura no ensino da história da Bahia: a obra de Jorge Amado.” In: **Revista Sitientibus**. Feira de Santana: UEFS, 1996, p. 9 -21.

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Profecias Morenas**: o discurso do eu e da pátria em Antonio Vieira. Bahia: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 1999.

BESSELAAR, Jose Van Den. **Antonio Vieira**: Profecia e Polêmica. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**: contendo o antigo e o novo testamento.

Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1975.

BROWN, Colin & COENEN, Lothar. **Dicionário internacional de teologia do novo testamento**. Tradução de Gordon Chown. 2 ed. São Paulo: Vida Nova, 2000, vol. 1.

BURKE, Peter. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro.” In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 7 - 37.

CIDADE, Hernani. **Padre Antonio Vieira**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

FAUSTINO, Mário. **Poesia e experiência**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão *et al*. São Paulo: Editora Campinas, 2003.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história.” In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

MENDES, Margarida Vieira. “Chave dos profetas: edição em curso.” In: **Vieira escritor**. Organização de Margarida Vieira Mendes, Maria Lucília Gonçalves Pires e José da Costa Miranda. Lisboa: Edições Cosmos, 1997, p. 31 – 40.

MORAES, Helvio. “Accademia della fama: atividade literária, projeto editorial e política na gênese dos diálogos da história de Francesco Patrizi”. In: **Revista Ecos: literaturas e linguísticas**. Coordenação de Agnaldo Rodrigues da Silva (Revista do Instituto de Linguagem): Editora Unemat, 2011, p. 69 – 86.

PALACIN, Luis. **Vieira e a visão trágica do Barroco**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

VALLE, Ricardo Martins. **Auto da barca do inferno**. São Paulo: Hedra, 2006.

VIEIRA, Antonio. “Sermão da Sexagésima.” In: **Sermões**. Organização e introdução Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000, p. 27 – 52.

VIEIRA, Antonio. **A chave dos profetas**. Coordenação Pedro Calafate. Lisboa: Círculo de leitores, 2013.

VIEIRA, Antonio. **Esperanças de Portugal**, Quinto Império do Mundo.

Lisboa: Editorial Nova Ática, 2007, [1659].

VIEIRA, Antonio. **História do futuro**. Direção de José Eduardo Franco e Pedro Calafate. Lisboa: Temas e debates, 2015.

Notas

² Daniel, profeta bíblico, que foi, junto aos judeus, para o cativo na Babilônia; chegando lá atuou como profeta e intérprete de diversos sonhos do rei Nabucodonosor, destacando-se dentre os sacerdotes dos caldeus.

³ O livro de Vieira assemelha-se bastante com o título *Esperança de Israel*, publicado por Menasseh Ben Israel, ou Manoel Dias Sociro (1604 – 1657), líder religioso judaico em Amsterdam, porém diverge em conteúdo.

⁴ Natural de vila de Trancoso, cujo nascimento se dá por volta de 1500, de acordo com os escritos de Teófilo Braga, o qual publicou o processo inquisitorial desse sapateiro, havia contatos com o reino, dentre os quais, estavam o Dr. Francisco Mendes, médico do cardeal-infante D. Afonso, relatando que o trovador “fora rico e abastado, mas que queria mais sua pobreza em dizer a verdade e o que cumpria à sua consciência, que não dizer outra cousa” (BESSELAAR, 2002, p. 277).

⁵ *Torah* é a palavra em hebraico que significa Lei, mais precisamente, o Pentateuco ou cinco livros primeiros da Bíblia.

⁶ Feito nesta cidade de Lisboa, em dia de Nossa Senhora da Conceção, por mim Nicolau Bourey, de nação Belga, no ano de 1660, familiar do Santo Ofício e morador na mesma cidade passa de 52 anos, e em idade de 74 anos, sem neles (louvores ao Senhor!) haver sido doente.” (BESSELAAR, 2002, p. 111)

⁷ In: BESSELAAR (2002, p. 109 –138).

⁸ Pressuporia que os ditos “Anônimos” como atestam os papéis sejam pessoas contrárias à opinião de Vieira total ou parcialmente. Dada a impossibilidade de se nominar e assumir a responsabilidade pelos escritos, sugestionaria que os adversários poderiam ser Pe. Simão de Vasconcelos ou Pe. Alexandre de Gusmão, e Pe. João Antonio Andreoni (André João Antonil), o amanuense de Vieira, gladiadores da prédica contra Vieira, a partir do que se lê em “Antonil ou as lágrimas da mercadoria”, a saber: “O P. Andreoni exprimia francamente ao Geral os seus receios dizia que Vieira propugnava opiniões singulares, que haviam de pôr embaraços à aprovação da obra, e chegara por esse motivo a sugerir ao P. Vieira que se apresentasse a um concílio universal; só nele se poderia convenientemente discutir a sua doutrina para ser admitida ou rejeitada. Agora, insistia Andreoni, se por essas opiniões corria perigo a obra, o melhor seria omiti-las, e publicar tudo o mais, que era digníssimo de sair à luz e havia de ser lido com prazer e admiração” (BOSI, 1992, p. 155).

⁹ In: BESSELAAR (2002, p. 139 –220).

¹⁰ In: BESSELAAR (2002, p. 221 –274).

¹¹ Vejo erguer hum grão Leão,

E dar mui grandes bramidos.

Seus brados serão ouvidos,

E a todos espantarão (BANDARRA *apud* VIEIRA, 2007 [1659], p. 56).

¹² O sentido anagógico ou escatológico é a “realidade visível que representa a realidade celeste

da outra vida (p. 17)” [...] “permite que o espectador tenha esperança na salvação eterna, alimentando com o nascimento do filho de Deus” (VALLE, 2006, p. 22,23).

¹³ Príncipe do Egito, convocado por Deus no Monte Sinai, para conduzir o povo israelita até a Terra Prometida. Por desobediência às leis divinas e incredulidade popular, o povo vagou pelo deserto por 40 (quarenta) anos. A ele são atribuídos os cinco primeiros livros do Antigo Testamento (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio), cujo primeiro tem o caráter mítico.

¹⁴ É interessante salientar que a condição de ser *historiador do futuro* não é algo exclusivo de Vieira. Francesco Patrizi da Cherso, conforme aponta o crítico Moraes (2011), concebeu uma nova concepção de história, em 1560, por meio de seus *Dez diálogos da História*. Em contraposição à tradição ciceroniana, assegura como primeira história uma “história do futuro”, e não do passado, exemplificando com o que aconteceu no Egito, no momento em que marcas deixadas nas colunas após as inundações do Nilo, serviriam como premonições populares para os bons ou maus tempos de colheita naquela região. Outra situação encontra-se na literatura religiosa, onde as “marcas” eram concedidas pelos sonhos, a exemplo de José, filho de Judá.

¹⁵ Romanos 3: 24 - Sendo justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus.